

# REVISTA DE AGRICULTURA

DIRETORES

Prof. N. Athanassof  
Prof. Octavio Domingues  
Prof. S. T. Piza Junior  
Prof. Carlos T. Mendes  
Prof. Ph. W. C. Vasconcellos

Publicação bi-mensal de ensinamento teórico e prático

Vol. 20

Março - Abril - 1945

N. 3-4

## IMIGRAÇÃO, PROBLEMA DE TODOS OS TEMPOS DA CAFEICULTURA

**J. E. Teixeira Mendes**

Instituto Agronômico de Campinas

Escreveu certa vez Mario de Andrade, o prestigioso escritor paulista há poucos dias tão inesperadamente arrebatado á vida, que São Paulo pudera apresentar uma plêiade de tão notáveis pianistas, dentre os quais sobressairam Guiomar Novais, Antonieta Rudge Müller, Madalena Tagliaferro, porque tivera longos períodos áureos de enriquecimento proporcionado pelo café, o que permitira a importação em larga escala de pianos e o contrato de numerosos professores estrangeiros, dentre os quais avulta a figura de Chiafareli.

A observação é justa. Se assim aconteceu com o ensino da música, que dizer de mil e um fatos que se produziram à sombra da cultura cafeeira e cujos efeitos sentimos até hoje, ou então passaram a constituir temas de nossa história.

Se examinarmos a nossa rede ferroviária, se atentarmos para a localização de grande parte de nossas cidades, se estudarmos o grau de conforto a que atingimos, vamos sempre encontrar o traço firmado ou deixado pelo café.

Mas não nos alonguemos em demasia. Vamos abordar hoje uma questão que já quase se apagou no registro remoto dos acontecimentos do passado e que representou a ansiedade de nosso povo, diante de uma incógnita que a lavoura cafeeira teve então a resolver. Queremos nos referir à tentativa de uma imigração chinesa para o Brasil.

O regime escravocrata entrava em agonia. Os anseios de uma raça oprimida encontravam eco na opinião pública, principalmente naquela que se fazia ouvir nas grandes cidades do País. A campanha abolicionista empolgava e conseguia, dia a dia, mais adeptos.

A lavoura cafeeira, a única então organizada, esteio das finanças pública e particular do Império, quase que a única razão de ser de nosso comércio exterior de então, reagia e se defendia. Proclamava em pleno Senado o chefe do Partido Liberal, Mártinho de Campos, em agosto de 1880, que “os nossos únicos trabalhadores, pode-se dizer, para o nosso principal ramo agrícola, são os escravos”.

Houve mesmo quem, em debate mais aceso, declarasse “que os abolicionistas são salteadores, mas para êsses eu tenho o meu revólver”.

Apesar da forte oposição da grande maioria de nosso patriarcado rural, a idéia da abolição continuava caminhando, crescendo a tal ponto, que fácil era se prever que a escravidão teria apenas mais um curto período de existência.

A imigração européia foi então tentada. As primeira levadas aqui chegadas, contratadas por agentes inidôneos, traziam tudo o que se não desejava como trabalhador rural, e pior ainda, gente atraída por fantasiosas promessas que pintavam o Brasil como um El-Dorado, aonde a vida seria facilíma e os meios de enriquecer numerosíssimos. Foi o que anotou Escragnole Taunay: “O grave erro na matéria foi querer fazer imigração oficial, aceitando-se tudo quanto os agentes na Europa mandavam para cá a tanto por cabeça, deixando-se correr, à custa

do Brasil, as promessas as mais extraordinárias, enganadoras e irrealizáveis.”

É claro que não se poderia processar a mudança do regime de trabalho sem um período de transição, cheio de dificuldades, como soem ser tôdas as modificações de estágio econômico. Mais que tudo a impossibilidade de se manter em uma mesma fazenda o escravo e o colono estrangeiro, debaixo de uma única administração, prognosticavam a falência do braço europeu para as condições de nossa lavoura cafeeira.

Desorganizava-se a nossa vida agrícola. Surgiu então a idéia de se conseguir a imigração chinesa. Decretos de 1870, 1872 e 1874 conferiram certos privilégios a companhias que introduzissem *coolies* daquela nacionalidade no Brasil.

Em 1871, dizia o senador Moreira de Barros, no Senado: “considerando que a imigração européia no Brasil é de vantagem problemática para a grande lavoura e não tendo aparecido outro meio de substituir êste estado de dificuldades em que nos achamos, o govêrno lançou os olhos para êsse país (China)”.

A intenção era evidente: substituir o escravo pelo operário rural chinês, e assim tentar manter a grande lavoura. É o que declara Martim Francisco, no debate de 4 de setembro de 1879:

“Tratamos de importar o chim como braço do trabalho; como substituto do braço escravo, como remédio para que a lavoura não pereça”...

“Ou salvamos a lavoura ou declaramos a bancarrota”!

“Ou aceitar o substituto que se acha mais próximo ao braço escravo ou fazer a ruina do país. Não temos outra solução. Infelizmente estamos em tais condições”.

Em 1883 chegava ao Rio o Snr. Tong Sing, diretor da China Merchant's Navigation Company, com a finalidade de estabelecer em definitivo uma linha de navegação entre o Brasil e a China e tratar da imigração de nacionais de sua terra.

Grande celêuma se levantou. A Sociedade Brasileira de Imigração e a Sociedade Central de Imigração, que se dedicavam à imigração de europeus, protestaram contra a introdu-

ção de chineses, ao passo que a Companhia de Comércio e Imigração Chinesa, que se formara quase que exclusivamente com membros pertencentes à lavoura, iniciou o movimento de obtenção de fundos, para poder firmar um contrato com o Snr. Tong. Repentinamente, porém, êsse intermediário embarcou, sem maiores explicações, para a Inglaterra.

Talvez pelo menos algumas levas de chineses tivessem chegado ao Brasil, não fôsse a intervenção da Inglaterra. A carta que se segue, publicada no *Anti-Slavery Reporter*, de dezembro de 1883, demonstra a atuação do govêrno inglês no caso.

“Ao muito honrado Conde de Granville, K. G., Secretário de Estado de Sua Magestade para os Negócios Estrangeiros:  
Senhor.

Tenho a honra e satisfação de informar a V. E. que o projeto de introduzir **coolies** chineses no Brasil terminou pela pronta e enérgica ação do Snr. Tong King Sing, diretor da China Merchant's Navigation Company.

V. E. foi informado por uma carta dirigida a lord Fitzmaurice, a 27 de julho último, que uma delegação desta sociedade acompanhou as diligências do Snr. Tong King Sing a respeito de um contrato que desejava fazer com o govêrno do Brasil e em razão do que fez tentativas no Rio de Janeiro.

Depois de explicar claramente àquele Snr. o extremo perigo para os **coolies** chineses, que introduzidos no Brasil sob contrato, se tornariam virtualmente escravos, a delegação obteve a promessa do Snr. Tong King Sing de que não tomaria parte em nenhum contrato de trabalho forçado. Êste senhor regressou do Rio a 4 do corrente e na manhã seguinte pediu-me que o visitasse para ter conhecimento do resultado de sua missão. Disse então que o projeto falhara e que eu poderia informar a V. E. o que ocorrera.

O Snr. Tong King Sing afirmou que, com grande surpresa sua, soube que os largos subsídios que deveriam ser pagos à sua companhia de navegação, sê-lo-iam pelos fazendeiros e não pelo govêrno do Brasil.

Fez imediatamente a pergunta: “Como vão os Snrs. se reembolsar do dinheiro adiantado”. A resposta foi a que muito

naturalmente se esperava: “Do trabalho dos coolies”. O Snr. Tong King Sing dissera então: “O projeto não se realizará; não tomarei parte em trazer chineses a não ser como imigrantes livres”.

Devia partir ontem à noite para a China para expor os resultados de sua missão, mas nessas circunstâncias os navios da companhia não seriam mandados, atualmente, de nenhum modo, ao Brasil.

Desejo em nome da comissão agradecer a V. E. as prontas medidas tomadas sob a inspiração de V. E. para que se chamasse a atenção dos representantes de S. Magestade no Rio e em Pekim com relação à imigração chinesa para o Brasil e expressar a esperança de que V. E. peça a êsses ministros que se preocupem ainda com êste assunto, porque projetos futuros podem, a qualquer momento, ser apresentados, nos quais os lavradores tenham que se entender com pessoas menos astutas e não tão bem intencionadas como o Snr. Tong King Sing.

Tenho a honra de permanecer

De V. E. criado obrigado

Charles H. Allen  
Secretário

55. New Bond Street  
6 de dezembro de 1883”.

E dêsse modo terminou a tentativa de imigração chinesa no Brasil.

---

Todos êsses dados foram obtidos no relatório do enviado do governo holandês ao Brasil, van Delden Laërne, que assim conclui:

“E assim se vai quase que a última esperança de se manter a grande lavoura depois da emancipação dos escravos”.

---

Tal porém não se deu. São Paulo soube compreender no momento preciso que somente o braço livre, o colono europeu, poderia substituir o escravo. Organizou-se e sem escravos, sem coolies chineses, plantou a maior lavoura cafeeira do mundo. Fez mais. São Paulo, terra e café, cultura, assimilaram estrangeiros aos milhares, ensinando nossos costumes, nossa língua ao alienígena, dentro da fazenda cafeeira, que foi o núcleo de onde o colono saiu, já abasileirado, com seus descendentes, brasileiros, para ser proprietário e cultivador de suas terras ou para se dirigir para as cidades, aonde constitui hoje grande parte de nossa população.

O momento atual é também de grandes indecisões. A lavoura acha-se desfalcada. A indústria roubou-lhe quantidade incalculável de braços. Outras culturas se organizaram e se desenvolveram à sombra do café.

Fará o café um novo milagre? Estaremos em condições de, ao terminar a guerra, abrir as nossas portas à imigração européia? Ou teremos de apelar de novo, em vão, para o braço chinês, braço barato, mas que não imigra?

**CALDO DE CANA  
AÇUCAR-RAPADURA-MELADO**

Fazem-se em casa, adquirindo o Engenho  
"TUPI MIRIM", de prender na mesa.  
Peça folheto. R. Galvão Bueno, 20-S, Paulo.

